Capítulo 3

As transformações estruturais da agricultura e os impactos sobre os mercados de trabalho rurais: a emergência das ocupações não-agrícolas

Sergio Schneider

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHNEIDER, S. As transformações estruturais da agricultura e os impactos sobre os mercados de trabalho rurais: a emergência das ocupações não-agrícolas. In: *A pluriatividade na agricultura familiar* [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, pp. 109-140. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: [10.7476/9788538603894](https://doi.org/10.7476/9788538603894). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 3

As transformações estruturais da agricultura e os impactos sobre os mercados de trabalho rurais: a emergência das ocupações não-agrícolas

É provável que a década de 1980 seja lembrada, no futuro, como nítido divisor de águas, um período que inaugurou marcantes transformações na estrutura da agricultura e em diversas facetas da vida social do mundo rural, em várias regiões agrárias e em diversos países. O modelo produtivo aperfeiçoado pelos países mais desenvolvidos desde as primeiras décadas do século XX e, de modo mais intenso, durante os “anos de ouro” que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, passou a defrontar-se com crescentes questionamentos. Esse padrão técnico, genericamente conhecido como “revolução verde”, hoje dominante, incorporou os meios de produção desenvolvidos durante a segunda Revolução Industrial, como a mecanização e a utilização de insumos e defensivos agroquímicos, também chamado de “quimificação agrícola”, articulando-os a um processo complexo e sofisticado de seleção biológica de plantas e raças animais de alto rendimento (Goodman et al., 1990; Veiga, 1991; Mazoyer e Roudart, 1997). O modelo, amplamente dependente da utilização de fontes de energia fósseis não-renováveis, foi fortemente afetado pelas chamadas “crises do petróleo” da década de 1970, mas este impacto foi rapidamente absorvido, dando impulso a uma nova fase de aperfeiçoamento e, em certos casos, até mesmo de aprofundamento desse padrão.

Os resultados mais gerais desse processo, também denominado pelos franceses de *produtivismo*, já são amplamente conhecidos, podendo-se afirmar que o aumento da produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações residentes no campo e o crescimento extraordinário dos volumes de produção estão entre suas características mais notáveis. Em seu livro seminal sobre o século XX, o historiador Eric Hobsbawm (1995, p.284) não deixou de notar que “[...] a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”. Também para ele, há um contraste entre a quan-

tidade de pessoas que se ocupavam na agricultura até a década de 1950 e o crescimento exponencial dos volumes e da produtividade agrícola.

Outra consequência importante das transformações produtivas da agricultura na segunda metade do século XX refere-se aos seus impactos sobre o meio ambiente, como a degradação dos solos, a poluição das águas e o devastamento vegetal para a obtenção de novas áreas agricultáveis. A base energética sobre a qual repousa esse modelo produtivo compõe-se de fontes de energia fósseis não-renováveis, o que pode comprometer até mesmo o futuro da humanidade. Em razão disso, a partir dos anos oitenta, muitos estudiosos passaram a reconhecer que os extraordinários avanços tecnológicos e produtivos que ocorreram durante o ciclo expansionista do pós-Guerra na agricultura mundial não foram suficientes para consolidar situações satisfatórias de segurança alimentar e, além disso, constituíam-se em uma ameaça ao equilíbrio ecológico e à preservação da natureza.

Entre os cientistas sociais ligados ao pensamento crítico vem-se fortalecendo a idéia de que a agricultura está sendo submetida a um duplo processo. Por um lado, em sentido vertical, ela estaria cada vez mais integrada ao sistema agroalimentar, no qual as grandes corporações e cadeias do *agribusiness* desempenham um papel determinante, tanto em relação ao que é produzido como em relação ao tipo de alimento que chega à mesa do consumidor, que cada vez menos é o produto agrícola *in natura* (Bonano et al., 1994; Goodman e Redclift, 1991; Goodman e Watts, 1996). De outro lado, em sentido horizontal, estaria se consolidando uma nova face socioeconômica do mundo rural, muito pouco ligada à produção agrícola, mas direcionada para aspectos ambientais, de preservação natural e de conservação da paisagem (Munton e Marsden, 1991; Marsden, 1995).

Na literatura internacional esse processo vem sendo designado de “dualismo”. A idéia que perpassa essas avaliações é a de que numa sociedade moderna caberá aos pequenos agricultores o papel de *jardineurs de la nature*, dedicando-se à preservação ambiental, à manutenção da população no meio rural e ao desenvolvimento de atividades econômicas como o turismo rural, o artesanato e outras com a função principal de conservar a paisagem rural. Somente os grandes proprietários, tecnologicamente modernizados e amplamente integrados ao *agri-food-system*, terão o papel de produtores rurais ou, na denominação usual da literatura francesa, *explotation agricole* (Lamarche, 1996).

Mesmo sem concordar com todos os aspectos e implicações suscitados por essa avaliação, parece inequívoco que está em andamento um processo de concentração econômica e de exclusão crescente de determinados grupos sociais da agricultura e do “mundo rural”. Nesse sentido, vale a pena resgatar a contribuição de Marsden e sua tentativa de interpretar as transformações ocor-

ridas na estrutura agrária desde o final da década de 1970 até o período atual, interpretadas como efeitos das mudanças gerais que ocorreram na economia capitalista mundial, decorrentes da crise do fordismo.⁴⁹

Segundo Marsden (1989), o processo global de transformação do capitalismo nos anos recentes caracteriza-se pela “reestruturação produtiva” (1989; Marsden et al., 1993; Marsden, Lowe, Whatmore, 1990). Para Marsden, o processo de reestruturação tem sido estudado, basicamente, por três vertentes distintas. A primeira, baseada na escola francesa da regulação, propõe uma periodização das diferentes fases de regulação do capitalismo na agricultura (Kenney et al., 1991; Allaire e Boyer, 1995). A segunda refere-se à emergência das formas flexíveis de estruturação na produção industrial, sobretudo em áreas onde se verifica a industrialização difusa ou processos de descentralização industrial (Piore e Sabel, 1984; Harvey, 1993; Bagnasco e Triglia, 1988). A terceira caracteriza-se por insistir na relação da reestruturação com a divisão espacial do trabalho, privilegiando os aspectos geográficos, especialmente no que se refere a seus impactos sobre o mercado de trabalho e as relações com o espaço (Bradley e Lowe, 1984).

A proposta de Marsden, no entanto, é construir uma ponte analítica entre essas interpretações teóricas e a pesquisa empírica, o que implica reconhecer as preocupações dos atores sociais locais. Em uma definição sintética, Marsden (1993, p. 38) definiu a reestruturação como:

O conceito deriva de uma ampla revisão da literatura e, como nós o vemos, seu valor está na sua aplicação à reestruturação do espaço rural. Em particular, o debate em torno de termos como fordismo, pós-fordismo, especialização flexível e as classes de prestadores de serviços, alertam para a importância das transformações nas relações entre a produção e o consumo. Isto nos leva a apreciar os meios pelos quais o espaço rural está sendo “mercantilizado” como resultado das atividades de novas formas de capital, do redirecionamento das ações estatais e das mudanças nos interesses dos consumidores. Também parece evidente que esse processo de “mercantilização” não é simplesmente (quase “magicamente”) uma revelação das forças do mercado, ao contrário, ele acarreta disputas, com alguns atores impondo-se como novos representantes do espaço rural.

⁴⁹ Na literatura especializada, o fordismo é descrito como um período de acumulação intensiva de capital, iniciado a partir do final da Segunda Guerra, quando se intensifica a produção e o consumo de massa de mercadorias. Esse regime de acumulação intensivo teria entrado em crise a partir da década de 1970 no países capitalistas desenvolvidos provocando mudanças e rearranjos nos processos produtivos. Para maiores informações, consultar Lipietz (1988), Harvey (1993) e Aglietta (1979).

Revisar a extensa bibliografia sobre o tema da reestruturação capitalista escapa aos objetivos aqui perseguidos, não apenas por tratar-se de tarefa ampla e permeada por diferentes enfoques teóricos (para tanto exigiria uma análise longa, judiciosa e detalhada), mas também porque acredita-se que esse esforço desviaria o foco central. Contudo, cabe frisar que essa lacuna não implica a renúncia à avaliação das principais características do processo de reestruturação econômica que afetam a agricultura e o mundo rural, em particular aquelas que dizem respeito ao mercado de trabalho não-agrícola.

Nesse sentido, seguir-se-á apoiando os argumentos de Marsden e colaboradores (1986a, 1993b; Murdoch e Marsden, 1994) de que o processo de reestruturação afeta a estrutura agrária em quatro características centrais. A primeira refere-se à superprodução de produtos agrícolas devido à aceleração do progresso técnico na agricultura e da relativa estabilidade de preços decorrente do apoio e da intervenção do Estado na produção agropecuária dos países desenvolvidos. A segunda refere-se às consequências ambientais decorrentes da superprodutividade da agricultura, especialmente no que diz respeito ao seu impacto sobre a paisagem rural. A terceira característica está relacionada ao crescimento desigual da riqueza gerada pelos avanços tecnológicos entre os agricultores e entre as diferentes regiões. E a última característica da reestruturação estaria assentada sobre as mudanças no trabalho familiar agrícola, especialmente no que se refere à emergência da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural.⁵⁰ Segundo Marsden (1990), conforme já apresentado no capítulo anterior, o crescimento das atividades não-agrícolas e o aumento da pluriatividade das famílias residentes no campo inscreve-se no contexto mais amplo das transformações estruturais das relações de trabalho das sociedades capitalistas no final do século XX.

No que se refere à agricultura e, particularmente, àquela de base familiar, Hervieu parece ter sido o autor que melhor sistematizou o desenvolvimento agrário e seus impactos no mundo rural, desde o final de Segunda Guerra, através da metáfora das “cinco rupturas”. Estas seriam responsáveis pelas profundas alterações da face agrária dos países capitalistas mais avançados, criando situações sociais e produtivas inéditas e, em decorrência, desafios antes impensados para o desenvolvimento rural (Hervieu, 1990, 1994). Estas inesperadas alterações em relação aos padrões de desenvolvimento agrário consolidados estão descritas a seguir.

a) ruptura entre agricultura e alimentação: à medida que avança o processo de modernização tecnológica da agricultura ocorre uma dissociação

⁵⁰ Para uma crítica contundente e bem fundamentada a esse referencial de análise da reestruturação, consultar Goodman e Watts (1994). Para eles, a literatura que analisa a reestruturação do sistema agroalimentar internacional a partir dos mesmos referências da reestruturação industrial é uma “arquitetura conceitual inadequada”.

entre a atividade agrícola (que cada vez mais se torna uma atividade econômica produtora de mercadorias como outra qualquer) e sua função histórica de produzir alimentos;

b) ruptura entre agricultura e território: a partir do pós-Guerra as agriculturas mais avançadas do mundo passam a concentrar a atividade agrícola em zonas específicas, com maior vantagem comparativa, crescendo paralelamente as áreas marginalizadas e abandonadas;

c) ruptura da ordem demográfica: na segunda metade do século XX ocorre uma drástica redução da população ocupada em atividades agrícolas na agricultura mundial, bem como aumenta a idade média dos chefes das unidades rurais. Em razão disso, os próprios agricultores tornam-se habitantes minoritários do espaço rural, provocando uma fissura na idéia de que o rural era sinônimo de atividade agrícola;

d) ruptura entre agricultura e meio ambiente: o intenso progresso tecnológico fundado na moto-mecanização, na quimificação e na introdução de novas variedades de culturas geneticamente melhoradas afetou profundamente a “harmonia” entre o produtor agrícola e sua relação com a natureza. Na verdade, em muitas situações a própria agricultura vem-se tornando uma ameaça à natureza (poluição da águas, destruição da fauna e flora originais);

e) ruptura do modelo familiar e individualização das propriedades: os estabelecimentos agrícolas dedicados exclusivamente à agricultura utilizam-se crescentemente de tecnologias poupadoras de força de trabalho, tornando-se cada vez mais individualizados. Esses estabelecimentos conservam apenas a aparência de familiares, mas já não funcionam como tais, pois uma parte dos membros da família começa a dedicar-se a outras atividades não-agrícolas, embora permaneça habitando no espaço rural. Uma vez que parcelas crescentes das rendas das famílias rurais passam a não depender das atividades agrícolas *stricto sensu*, processa-se nessas unidades uma separação entre a alocação da força de trabalho e do patrimônio da família em relação à atividade agrícola. A nova configuração dessas unidades as diferencia da natureza habitual da agricultura familiar.

A seguir, pretende-se abordar as mudanças que ocorrem no emprego agrícola e nas formas de ocupação sob o ângulo das atividades rurais não-agrícolas e de seus efeitos sobre o mercado de trabalho rural, aprofundando o caráter da última “ruptura” apontada por Hervieu. Buscar-se-á mostrar que, a partir do final da década de 1970, o processo de transformação da estrutura agrária não ocorreu apenas como decorrência de incrementos de novas tecnologias e ampliação das escalas de produção, tal como vinha acontecendo desde o final da Segunda Guerra Mundial. O que chama atenção nesse recente processo não é apenas o fato de que a agricultura e sua função de garantir a alimentação estejam deixando de ser a única atribuição do mundo rural. Ao observar a trajetória das nações

mais desenvolvidas, pode-se verificar que o desenvolvimento rural não se restringe e tempouco é exclusivamente decorrente do aperfeiçoamento tecnológico e produtivo da agricultura.

3.1. TENDÊNCIAS RECENTES DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

Uma avaliação abrangente das transformações da agricultura nas últimas décadas, na órbita dos países integrantes do chamado capitalismo avançado, certamente enfatizaria os espetaculares ganhos de produtividade e a radical transformação da base tecnológica dos processos produtivos agrícolas. No entanto, se essa avaliação não for meramente do tipo impressionista, também apontará para o diagnóstico dos pesquisadores em várias partes do mundo ocidental, que demonstra que as transformações da agricultura foram socialmente excludentes, provocaram a diminuição abrupta das populações rurais, foram ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais, e apesar da elevação da produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização tecnológica foi mais intensa, não conseguem sequer atingir os limites alimentares mínimos.

Mas há outros aspectos das transformações da agricultura e do mundo rural que merecem destaque, especialmente no que se refere às mudanças nas formas de ocupação e de emprego. Nesse sentido, são inúmeros os trabalhos que apontam para o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, refletindo uma inusitada tendência ocupacional nestas áreas.⁵¹ O ineditismo desses trabalhos reside justamente no fato de que, embora timidamente, se reconheça que, em determinadas situações históricas e contextos regionais, a agricultura deixa de ser o exclusivo sinônimo de “rural”. Estudo relevante, que se destaca pela sua abrangência, é um recente relatório da OCDE (1996). Este documento indica que, mesmo nas regiões chamadas “essencialmente rurais”, são os setores não-agrícolas que oferecem, crescentemente, as maiores possibilidades de emprego no meio rural, destacando-se, entre os países listados, que nessas regiões apenas o Canadá apresentou taxas de crescimento positivas do emprego rural, conforme mostra a Tabela 1.⁵² No geral, no entanto, salientam-

⁵¹ A pesquisa mais ampla nesse sentido foi realizada por uma equipe interdisciplinar chamada *Arkleton Trust Project* (1992).

⁵² A OCDE considera como “regiões rurais” as *communautés* onde a densidade da população é inferior a 150 hab/km², exceto para o Japão onde passa para 500 hab/km². Para facilitar a análise, as 2 mil regiões da OCDE foram reagrupadas em três subcategorias de acordo com a parte da população regional que vive nas *communautés* rurais, conforme segue: regiões *Essencialmente Rurais (ER)*: áreas de fraca densidade demográfica, onde em mais de 50% da área regional a densidade demográfica é inferior a 150 hab/km²; *Relativamente Rurais (RR)*: áreas de média densidade demográfica, onde entre 15% e 50% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 hab/km²; *Essencialmente Urbanas (EU)*: áreas de alta densidade demo-

se as taxas negativas em todos os países e para as três categorias indicadas. Nas regiões chamadas “essencialmente rurais” dos países membros da organização, segundo é acentuado, o emprego agrícola está em declínio não somente em termos relativos mas também absolutos (OCDE, 1996, p.45).

Tabela 1
PAÍSES SELECIONADOS DA OCDE. TAXA DE CRESCIMENTO
ANUAL DO EMPREGO, 1980-1990
 (% de variação anual)

Média nacional			Regiões essencialmente rurais		Regiões relativamente rurais		Regiões essencialmente urbanas	
	Agrícola	Não-agrícola	Agrícola	Não-agrícola	Agrícola	Não-agrícola	Agrícola	Não-agrícola
Canadá	0.4	1.6	0.2	1.5	0.2	2.4	1.9	1.3
Estados Unidos	-0.3	1.8	-1.3	1.5	0.8	2.0	2.8	1.9
Austrália	-1.7	1.4	-2.0	1.7	-0.9	1.8	-1.0	1.1
Japão	-3.3	1.4	-3.1	0.8	-3.4	1.3	-3.2	1.8
Nova Zelândia	-0.4	0.2	-0.6	-0.1	-0.1	-0.1	0.9	1.0
Áustria	-3.1	0.7	-3.4	0.9	-2.5	0.9	-1.6	0.4
Bélgica	-1.6	0.2	-1.3	0.6	-1.6	-0.3	-1.7	0.3
Finlândia	-3.4	0.9	-3.5	0.6	-3.3	0.6	-0.8	1.9
França	-4.0	0.8	-4.2	0.7	-3.8	1.0	-3.5	0.5
Irlanda	-1.7	0.5	-2.1	0.7	-1.3	0.4	-0.3	0.3
Holanda	0.9	2.7	-	-	-1.4	3.3	1.6	2.6
República	-0.3	0.2	-0.7	0.2	-0.3	0.1	2.5	0.2
Tcheca	-2.1	1.1	-1.1	1.3	-2.8	0.2	-1.7	1.8
Espanha	-3.1	1.3	-3.0	1.3	-3.6	1.3	-2.3	1.4
Suécia	-2.7	1.8	-3.2	2.1	-2.9	2.4	-2.0	1.5

Nota: (-) Não-aplicável.

Fonte: OCDE (1996, p. 120).⁵³

Também chama atenção a razão inversa da variação do emprego agrícola em relação ao percentual de participação do emprego não-agrícola. Na maioria dos países selecionados da OCDE, conforme mostra a tabela, a taxa de utilização da mão-de-obra diretamente ocupada na agricultura caiu, consi-

gráfica, onde menos de 15% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 hab/km² (ou seja, 85% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é superior a 150 hab/km²). Segundo esta definição, em torno de um terço da população dos países da OCDE (35%) vive nas comunidades rurais (“essencialmente” ou “relativamente” rurais), representando mais de 90% do território coberto pelos integrantes da OCDE.

⁵³ No citado estudo da OCDE (1996) não são apresentados os valores absolutos, apenas as taxas de crescimento.

deravelmente, na média nacional, atingindo o máximo (em torno de 4% ao ano) no caso francês, nos anos oitenta. O emprego não-agrícola, pelo contrário, registrou taxas positivas de crescimento na maioria dos países. A surpresa não está na diminuição do emprego agrícola, mas na capacidade de desenvolvimento de novas atividades empregadoras no espaço rural que, às vezes, possuem pouca ou nenhuma ligação direta com a agricultura. Entre outras conclusões, tais informações demonstram que restringir o espaço rural à agricultura *tout court* pode significar um reducionismo, que os processos sociais e econômicos vêm-se encarregando de desmentir. Por outro lado, contudo, o crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural não deve ser interpretado, de forma apressada, como uma perda da importância das atividades propriamente agrícolas. Na verdade, o que se verifica é um processo de diversificação produtiva nesses espaços, provavelmente relacionado com o crescimento da mercantilização econômica e social.

Na década passada, em alguns países selecionados, o total do emprego agrícola nas zonas “essencialmente rurais” da OCDE (conforme a conceituação) decresceu em quase todos os casos – novamente com a exceção canadense –, chegando, em diversos países, a ocorrer uma redução de um quarto ou mais do emprego rural nessas zonas. Importante notar, da mesma forma, que além da queda da ocupação na agricultura, nas atividades de cunho industrial o desempenho para a criação de novos empregos nas regiões “essencialmente rurais” também é negativo. O estudo da OCDE revela que o setor que mais contribuiu com o incremento de empregos nas áreas consideradas “essencialmente rurais” foi o de serviços.

Outro aspecto importante que o estudo citado evidencia, ao analisar com indicadores territoriais e demográficos o emprego e as formas de ocupação nas zonas rurais, refere-se à relação inversa entre a distribuição espacial e o emprego da população. Ou seja, embora boa parte da população permaneça morando em áreas rurais, sua ocupação principal não está diretamente relacionada à agricultura. A Tabela 2 mostra que, na maior parte dos países analisados, uma parcela muito expressiva da população ainda se concentra em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 hab/km². No conjunto dos países relacionados, parcelas significativas da população residem nessas áreas consideradas “essencialmente rurais”, havendo inclusive países onde mais da metade da população total reside em zonas de baixa densidade, como é o caso da Noruega.

Tabela 2
PAÍSES SELECIONADOS DA OCDE. POPULAÇÃO RURAL
E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIOS EM PAÍSES MEMBROS DA OCDE, 1990

População das comunidades rurais	Média nacional	% da população por tipo de região		
		Essencialmente rural	Relativamente rural	Essencialmente urbana
Noruega	59	51	38	11
Suécia	43	49	32	19
Finlândia	55	43	37	20
Dinamarca	42	40	38	22
Áustria	42	40	39	22
Estados Unidos	44	36	34	30
Canadá	40	33	23	44
Austrália	30	23	22	55
Portugal	36	35	22	43
República Tcheca	29	15	57	28
França	37	30	41	29
Espanha	30	17	46	37
Itália	22	9	44	47
Japão	27	22	35	43
Suíça	19	13	25	62
Alemanha	21	8	26	66
Reino Unido	13	1	27	72
Bélgica	9	2	18	80
Holanda	8	-	15	85

Notas: (-) Sem aplicação. Tipologia baseada na proporção da população regional ativa das comunidades rurais.

Fonte: OCDE (1996, p. 20).

Entretanto, confrontando-se os dados da tabela anterior com os apresentados na Tabela 3, a seguir, verifica-se que a participação da agricultura no emprego regional, mesmo nas áreas “essencialmente rurais”, é relativamente reduzida e, à exceção do caso da Espanha, não atinge sequer um quarto do emprego total. Essas informações reafirmam que a proporção da população que habita as áreas rurais é significativamente superior ao que representa a agricultura na geração setorial de empregos. Os casos mais emblemáticos talvez sejam o dos Estados Unidos e o da França, reconhecidamente grandes produtores agrícolas. Nestes países, a agricultura é responsável por apenas 3,3% e 5,7%, respectivamente, dos empregos em relação à média nacional (chegando a 5,9% no caso americano e 10,8% no francês, quando consideradas apenas as regiões essencialmente rurais). No

entanto, conforme indicado na Tabela 2, a população considerada rural alcança, na média nacional, 44% e 37%, respectivamente (36% e 30% nas zonas essencialmente rurais), mostrando que não há uma relação direta entre o domicílio rural e a ocupação na agricultura.

Tabela 3
PAÍSES SELECIONADOS DA OCDE. PARTICIPAÇÃO
DA AGRICULTURA NO EMPREGO REGIONAL, 1990
 (% do emprego total)

Países	Média nacional	Regiões essencialmente rurais	Regiões relativamente rurais	Regiões essencialmente urbanas
Canadá	4.6	10.9	3.3	1.2
Estados Unidos	3.3	5.9	2.4	1.6
Austrália	4.5	14.7	4.3	0.7
Japão	7.1	14.1	8.5	2.4
Áustria	6.2	13.3	4.1	0.8
Bélgica	2.5	9.3	3.0	2.2
Dinamarca	5.7	9.5	4.8	0.4
Finlândia	8.5	16.0	5.3	0.7
França	5.7	10.8	5.5	1.0
Itália	9.9	16.0	13.5	5.7
Holanda	4.6	-	6.5	4.3
Portugal	10.6	22.9	10.0	2.8
República Tcheca	11.6	22.3	13.1	2.7
Espanha	11.1	25.0	13.8	2.6
Suécia	3.7	5.4	2.9	0.7
Suíça	4.1	9.5	6.3	2.1
Reino Unido	2.4	10.3	4.2	1.0

Notas: (-) Não-aplicável.

Fonte: OCDE (1996, p.118).

Os dados aqui descritos sinteticamente parecem ser suficientes para se afirmar que o recurso ao trabalho não-agrícola, por parte de membros das famílias que habitam áreas rurais, nas nações citadas, não pode ser considerado como uma situação efêmera ou transitória. Nesse sentido, as mudanças atualmente em curso parecem indicar que o desenvolvimento social e econômico do mundo rural passa por redefinições que apontam não apenas para a emergência de novas formas de obtenção de rendas (essencialmente não-

agrícolas) para os agricultores e os habitantes do espaço rural, mas talvez até mesmo uma nova via para sua inserção na divisão social do trabalho.

Entre as razões apontadas em diversos estudos, que teriam contribuído para a emergência e a expansão das atividades não-agrícolas nos países desenvolvidos, destacam-se pelo menos cinco fatores principais:

a) *A modernização tecnológica*: o primeiro deles refere-se ao disseminado e intenso processo de modernização tecnológica da agricultura. Na literatura especializada, a expressão “produtivismo” tornou-se sinônimo do processo de intensificação dos sistemas produtivos agrícolas baseados no uso de tecnologias e insumos de origem industrial (Lamarche, 1996). Entre as consequências mais salientes do produtivismo destaca-se a “superprodução”, que é o resultado da corrida tecnológica e produtiva entre os agricultores, estimulados através de uma política de subsídio via garantia de preços mínimos do governo, na qual a rentabilidade da atividade agrícola passa a estar diretamente associada à produtividade e aos volumes alcançados pelos produtores, o que desencadeia um processo de concorrência pelo incremento constante do progresso tecnológico pelos agricultores. Em um contexto de expansão da demanda por alimentos, como o que se seguiu ao final da Segunda Guerra e estendeu-se até meados dos anos setenta na Europa, praticamente inexisteriam barreiras à ampliação da produtividade agrícola.

O resultado dessa política levou a uma “crise de superprodução” agrícola, decorrente do crescimento constante da produtividade e do inchaço dos estoques estatais de produtos agrícolas, que nem mesmo medidas de contenção, como as cotas de produção por produtor, instituídas no início dos anos oitenta, conseguiram reduzir. Além disso, essa corrida “produtivista” foi extremamente seletiva, implicando a formação de uma elite de agricultores privilegiados, cujo sucesso passou a ligar-se intimamente aos subsídios estatais. Isso gerou um processo de êxodo e migração do campo, e até mesmo de “desertificação” social em determinadas áreas rurais que eram menos apropriadas para praticar essa agricultura competitiva.

Esse processo de modernização tecnológica, acompanhado do corolário ideológico “produtivista”, permitiu que a agricultura das nações desenvolvidas se tornasse uma atividade desempenhada por “agricultores profissionais”, cujo objetivo era a maximização da utilização dos fatores. Os dados da Tabela 4, a seguir, mostram alguns dos principais resultados desse padrão produtivo a partir do qual os países da Comunidade Européia alcançaram a auto-suficiência alimentar. Os dados revelam que, embora tenha aumentado o tamanho médio das propriedades, a agricultura tornou-se uma atividade cada vez mais individualizada, dispensando gradualmente a necessidade de utilização plena da mão-de-obra de todos os membros da família rural. Entre 1975 e 1987, o número de

propriedades diminuiu 16% nos nove países da CEE e o número de pessoas trabalhando na agricultura reduziu-se em 17%, significando uma perda de 2,2 milhões de pessoas no campo (Fuller e Brun, 1988).

Tabela 4
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS DA EUROPA.¹
ESTATÍSTICAS SELECIONADAS, 1975-1985

Propriedades agrícolas da Europa	1975	1985	% de variação
Número de propriedades (em milhões)	5,1	4,3	-16%
Superfície agrícola utilizada (em ha)	86,5	83,0	-4%
Tamanho médio das propriedades (ha)	17,0	19,3	+14%
Pessoas que trabalham na propriedade ² (em milhões)	12,7	10,5	-17%
Equivalente a tempo integral em UTA ³ (em milhões)	7,5	5,7	-24%

¹ Os dados se referem à Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido.

² Excluindo-se a mão-de-obra ocasional que não faz parte da família.

³ UTA – Unidade de Trabalho Anual (em princípio, 2.200 horas anuais, ressalvados os acordos nacionais)

Fonte: *Arkleton Trust* (1992, p. 90).

Na França, que se tornou o segundo maior exportador mundial de produtos agrícolas e o primeiro fornecedor da CEE, a população agrícola ativa caiu de 2,4 pessoas por propriedade rural em 1970, para a média de 1,4 pessoas em 1993. Entre 1970 e 1985, o conjunto da população agrícola ativa francesa caiu de 15% para 7%. Em relação às esposas dos agricultores franceses, em 1970, 84% delas participavam diretamente dos trabalhos da propriedade, mas em 1993 essa cifra não chegava a 60% (Hervieu, 1996a, p. 10). Em 1995, do total das pessoas ocupadas na atividade agrícola, 50% era de chefes, 8% de assalariados, 18% de outros membros da família e apenas 24% de cônjuges. A Tabela 5 fornece uma visão de conjunto desse processo de diminuição da população economicamente ativa na agricultura francesa. O que chama atenção nesta tabela são os índices negativos de variação anual do número de pessoas ocupadas na atividade agrícola desde o início da década de 1970, reforçando a argumentação anterior de que estava em curso, simultaneamente, um processo de concentração social e econômica da estrutura agrária francesa, aliado à diminuição crescente do número de pessoas dedicadas a essas tarefas (Hervieu, 1996, p.11).

Tabela 5
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA NA FRANÇA –
1970 A 1993

Efetivos (1.000)	Períodos				Taxa anual média de variação (%)		
	1970	1979	1988	1993	70/79	79/88	88/93
Chefes	1.588	1.263	1.017	801	-2,5	-2,4	-4,7
Cônjuges	1.052	730	507	378	-4,0	-4,0	-5,7
Outros membros da família	872	462	346	293	-6,8	-3,2	-3,3
Total dos ativos das famílias	3.512	2.455	1.870	1.472	-3,9	-3,0	-4,7
Assalariados permanentes	335	211	156	136	-5,0	-3,3	-2,7
Total ativos permanentes	3.847	2.688	2.026	1.608	-4,0	-3,0	-4,5

Fonte: Hervieu (1996a, p. 11).

b) *A queda das rendas agrícolas*: o segundo fator responsável pela emergência das atividades não-agrícolas deve-se à diminuição das rendas agrícolas, nos países desenvolvidos, a partir de meados da década de 1970. O crescimento da produtividade agrícola e do volume global de produção da agricultura nos países desenvolvidos, particularmente na segunda metade do século XX, teve por base no financiamento da produção agrícola e o estímulo das políticas públicas destinadas a desenvolver os formatos tecnológicos dos sistemas produtivos. Essa ação permitiu um forte incremento na produtividade agrícola que, em países como a França, chegou a ser de 3,3% ao ano, entre 1949 e 1962, e 2,5% ao ano, entre 1962 e 1972 (Eizner, 1985, p. 20). A Tabela 6 ilustra os índices de crescimento da produtividade do leite e dos cereais, em alguns países da Europa.

Tabela 6
EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DE LEITE E CEREAIS
EM PAÍSES SELECIONADOS – 1958-1972

Produtividade técnica	Alemanha	França	Itália	Holanda	Bélgica
Rendimento leite (kg/vaca)					
Variação 1957 a 1952	+34%	+42%	+64%	+16%	+9%
Rendimento cereais (kg/ha)					
Variação 1956/60 a 1973/74	+48%	+87%	+52%	+45%	+42%

Fonte: Kroll citado por Abramovay (1992, p.183).

Esse expressivo crescimento induziu o incremento patrimonial das famílias rurais na forma de maquinarias e estruturas de produção diversas e, assim, por um longo período, constituiu-se na principal forma de garantia da relativa paridade de rendimentos entre a agricultura e as atividades econômicas não-agrícolas. Entretanto, o crescimento patrimonial não foi acompanhado pela evolução da rentabilidade da atividade agrícola.

Segundo Blanc; Brum; Delord; e Lacombe (1990, p. 316), o declínio da rentabilidade do setor agrícola e o aumento das famílias de agricultores que possuíam mais de uma fonte de renda além da agricultura não apenas comprometeram o desempenho econômico da agricultura mas, sobretudo, acabaram minando a identidade e o “modelo de agricultor” que se desejava formar com base nas seguinte igualdade: uma família = uma propriedade = uma renda = uma atividade = um patrimônio. A partir de meados da década de 1970, o agricultor profissional (a *exploitation agricole*, segundo os franceses), por mais modernizada e tecnificada que fosse sua propriedade, começou a perceber que seus níveis de renda dependiam mais dos subsídios estatais concedidos pelos governos do que da excelência de sua escala produtividade.

c) *Políticas públicas*: o terceiro fator que contribuiu para a emergência e reconhecimento da pluriatividade nos países desenvolvidos está relacionado ao apoio e o estímulo das políticas públicas, que passaram a ser oferecidos pela União Européia, a partir da grande reforma da Política Agrícola Comum (PAC), ocorrida em 1991-1992.⁵⁴ Essas reformas não visaram apenas reduzir os estoques governamentais de produtos agrícolas, decorrente da política de subsídios, mas também se contrapor à queda das rendas no setor agrícola como uma estratégia de “desintensificação” da atividade agrícola. Em um cenário no qual o desemprego, sobretudo o urbano-industrial, havia se tornado um problema estrutural sem perspectivas rápidas de resolução, a busca de novas formas de ocupação no meio rural também passou a figurar entre os objetivos das políticas públicas. Preservar os empregos não-agrícolas nas áreas rurais tornou-se então uma maneira eficaz de combater as disparidades de renda entre as regiões e entre a cidade e o campo. Por essa via, o meio rural

⁵⁴ Para uma avaliação aprofundada dessa reforma, consultar Abramovay (1999). A Política Agrícola Comum (PAC) surgiu a partir do Tratado de Roma, assinado em 1957, que previa o estabelecimento de um política agrícola comum (Artigo 39) entre os primeiros signatários da Comunidade Econômica Européia (CEE), formada então por Bélgica, França, Itália, Holanda, Luxemburgo e Alemanha. Em 1958, na Conferência de Stresa, inicia-se o processo de compatibilização das políticas agrícolas nacionais e, em 1962, é aprovada a Lei de Orientação, que cria o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), que será o principal mecanismo de financiamento da PAC e de protecionismo para a agricultura européia. Em 1973, aderiram à CEE a Dinamarca, a Irlanda, o Reino Unido, em 1981, a Grécia, em 1986, Portugal e Espanha e, por fim, em 1995, Áustria, Suécia e Finlândia. Atualmente a CEE chama-se União Européia.

passou a ser área de atuação de setores governamentais, que até então lhe dedicavam pouca ou nenhuma atenção, particularmente no caso da infra-estrutura e dos serviços sociais básicos.

Segundo Brun e Fuller (1991, p.10), em razão dos crescentes desequilíbrios e questionamentos, nos primeiros anos da década de 1980, vários especialistas chegaram à conclusão que a PAC caminhava para um impasse. Com a publicação do “Livro Verde” (na verdade, um relatório sobre os principais dilemas da política agrícola), em 1985, afloraram as discussões sobre a necessidade de reformar a política agrícola européia, especialmente em relação à redefinição da política de preços.

Nesse contexto, generaliza-se na Europa a percepção de que era preciso repensar o desenvolvimento rural tornando-o compatível com a garantia da segurança alimentar, do aporte justo de rendimentos ao agricultores e, sobretudo, comprometido com a sustentabilidade e a proteção ambiental. Assim, o problema dos altos custos financeiros de sustentação da política agrícola (subsídios e protecionismo) une-se aos problemas comerciais (crise do comércio mundial, baixa de preços, superprodução), sociais (migração rural-urbana, baixas rendas dos agricultores) e ambientais (degradação do ambiente, poluição das águas, uso intensivo de agrotóxicos), resultando na convergência de argumentos suficientemente fortes para dar início a um processo de reestruturação do padrão de produção agrícola vigente até então.

Essa tomada de consciência contingente desemboca na reforma da PAC de 1992 e acaba tendo um efeito decisivo no estímulo à pluriatividade e ao desenvolvimento econômico regional e descentralizado.⁵⁵ Através de vários programas, muitas pequenas localidades rurais tiveram acesso a serviços que antes não possuíam e presenciaram uma significativa melhora na infra-estrutura local. Desse modo, recuperaram não apenas sua dinâmica econômica mas também sua vitalidade social. Nessas localidades, a pluriatividade passou a ser reconhecida pelos órgãos públicos como uma estratégia para ajudar a resolver os problemas das baixas rendas dos agricultores e, até mesmo, como uma alternativa a própria atividade agrícola.

⁵⁵ A partir de 1992 uma parte crescente da seção de orientação do FEOGA passou a ser destinada aos fundos estruturais, que prevêm ajuda ao desenvolvimento rural com medidas do tipo *Objetivo 5a*: acelerar a “adaptação das estruturas agrícolas”, financiado tanto pela seção Garantia como pela seção Orientação do FEOGA; e *Objetivo 5b*: “promover o desenvolvimento das zonas rurais” buscando a diversificação das atividades no meio rural, financiado basicamente pelo FEOGA-Orientação. O programa LEADER (*Liasions entre actions de développement de l'économie rurale*), lançado em 1991, é um exemplo dessas novas políticas públicas. Seu objetivo é constituir-se em modelo alternativo de desenvolvimento e estímulo às iniciativas locais de desenvolvimento rural nas regiões de atuação dos objetivos 1 e 5b. Para uma análise aprofundada do Programa LEADER consultar Smith (1995)

d) *A dinâmica do mercado de trabalho*: a expansão da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no meio rural dos países desenvolvidos também pode ser atribuída à dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola. Nesse sentido, existem vários estudos que indicam as relações entre processos de descentralização industrial ou de industrialização descentralizada em áreas não-urbanas com o crescimento de atividades não-agrícolas nos espaços rurais.⁵⁶ Este é o caso, em particular, de algumas regiões do Mediterrâneo, especialmente em países como Portugal, Espanha e Itália.

No caso português, Reis, Hespanha, Pires e Jacinto (1990) constataram que a pluriatividade das famílias que residem no meio rural está relacionada ao processo mais amplo de realocação e reestruturação das economias industriais. Assim, a pluriatividade expressaria a nova natureza das relações de trabalho em uma sociedade em mutação, na qual os processos de descentralização das indústrias acabam superando os obstáculos que o espaço rural lhes oferecia. Em outro trabalho, Reis (1985, p.233) mostrou que em Portugal, nas regiões onde se verificaram processos recentes de industrialização, a pluriatividade tornou-se um traço marcante da classe trabalhadora passando a integrar o próprio “[...] modo da reprodução de força de trabalho industrial. Nesse sentido, ela desempenha o papel de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho, mediante o aporte de recursos complementares ao orçamento das famílias, obtido fora da propriedade agrícola.

Na Itália, os estudos de Bagnasco (1996), Garofoli (1993) e Saraceno (1987, 1994a, 1994c) mostram o papel que a agricultura familiar desempenha nos processos de industrialização difusa e de descentralização industrial. Para os autores, não se deve destacar apenas a força de trabalho que os agricultores pluriativos fornecem às indústrias, mas o ambiente social e institucional que se forma nas localidades que conhecem semelhante processo de industrialização e do qual as empresas se beneficiam. Segundo os autores, a maior homogeneidade social e econômica existente nas áreas rurais onde se estabelecem as indústrias acaba servindo como uma espécie de vantagem competitiva, seja pelo fato de empregar uma mão-de-obra com menor mobilidade, seja pela sua flexibilidade.

e) *Pluriatividade como característica estrutural da agricultura familiar*: como último fator, pode-se dizer que a emergência da pluriatividade e sua vinculação com o exercício de várias atividades dentro de uma mesma propriedade agrícola é uma característica intrínseca ao “modo de funciona-

⁵⁶ É volumosa a bibliografia que poderia ser citada sobre o tema. Consulte-se, entre tantos, os estudos de Courlet (1993, 1995) e, principalmente, Bagnasco (1996).

mento” de unidades de trabalho que se organizam sob a égide do trabalho familiar, conforme amplamente demonstrado pelas Ciências Sociais dedicadas aos processos sociais agrários, a Antropologia em particular. Como na agricultura das nações desenvolvidas o trabalho de origem familiar é dominante, pode-se dizer que o fato dessas unidades voltarem-se para o exercício de outras atividades, combinando-as com a agricultura, responde a uma situação corriqueira. Isso nos permite entender, por exemplo, a forte presença dos *ouvrier-paysan* na estrutura agrária francesa e européia em geral, nas quais o trabalho externo, complementar ou mesmo temporário, e mesmo no interior da propriedade (através do artesanato e outras atividades não-agrícolas), desempenhado pelos camponeses, fazia parte do cotidiano dessas categorias.

Os argumentos até aqui expostos contribuem para entender por que, em alguns dos principais países analisados no relatório da OCDE (1996), a agricultura em tempo-parcial e a pluriatividade ocupam um lugar de destaque na estrutura do emprego e da ocupação em áreas rurais, conforme mostra a Tabela 7. Essa importância é ainda mais significativa nas regiões “essencialmente rurais” e “relativamente rurais”, reforçando os argumentos já apresentados anteriormente.⁵⁷

⁵⁷ Nesse estudo, a OCDE (1996, p. 123) faz uma distinção entre agricultura em tempo parcial e pluriatividade nos seguintes termos: “[...] considera-se como trabalhadores em tempo parcial todos os proprietários que trabalham menos de uma unidade de trabalho-homem ao ano, quaisquer que sejam as atividades lucrativas que possam exercer. Os proprietários agrícolas pluriativos são pessoas que trabalham em tempo parcial na agricultura e que exercem paralelamente outras atividades lucrativas”.

Tabela 7
PAÍSES SELECIONADOS DA OCDE. PROPORÇÕES
DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS COM RESPONSÁVEIS
EM TEMPO PARCIAL E PLURIATIVOS, 1990¹ (%)

	Média nacional	Regiões essencialmente rurais	Regiões relativamente rurais	Regiões essencialmente urbanas
Estabelecimentos agrícolas em tempo parcial				
Canadá	56	56	56	46
Estados Unidos	33	37	30	34
Japão	84	82	85	85
Áustria	60	59	60	57
França	50	47	51	36
Alemanha	59	58	59	60
Itália	89	90	88	89
Holanda	32	-	30	33
Portugal	78	82	75	58
Espanha	80	80	78	87
Reino Unido	44	42	44	46
Estabelecimentos agrícolas pluriativos				
Canadá	42	43	38	36
Áustria	35	35	34	28
França	24	22	24	17
Alemanha	44	44	45	43
Itália	30	30	29	32
Holanda	22	-	17	24
Portugal	36	34	42	28
Espanha	35	32	33	37
Reino Unido	30	31	27	33

Notas: (-) Sem aplicação.

¹ Os dados para os países da União Européia são de 1989.

Fonte: OCDE (1996).

3.2. A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS NA AMÉRICA LATINA

Nos anos recentes, o estudo das ocupações rurais não-agrícolas ganhou destaque entre os estudiosos do desenvolvimento rural, particularmente aqueles que se interessam pelos problemas dos países latino-americanos. Duas publicações recentes, entre tantas outras que poderiam ser citadas, oferecem um panorama geral do debate que vem sendo realizado. Primeiramente o número especial da revista *World Development* (2001, v. 29, n.3), que trata exclusivamente do debate sobre as atividades não-agrícolas na América Latina, oferecen-

do um amplo espectro de trabalhos que indicam que o fenômeno da combinação de ocupações agrícolas e não-agrícolas é disseminado por vários países da região, tanto naqueles que possuem uma agropecuária mais modernizada como Brasil, Chile e México ou aqueles nos quais a incorporação do padrão técnico-produtivo da revolução verde alcançou proporções menos intensivas como Peru, Honduras e El Salvador. O segundo trabalho importante a reconhecer o papel das atividades não-agrícolas no desenvolvimento das economias rurais é o livro organizado por Ruben G. Echeverría (2001), responsável pelo Departamento de Desenvolvimento Sustentável de um importante organismo internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesse trabalho, em artigo introdutório, Janvry e Sadoulet (2001, p.9) afirmam que “é impossível compreender a pobreza rural sem considerar o elemento extra-agrícola e especialmente os componentes não-agrícolas das rendas dos domicílios [...] a conclusão é que o combate a pobreza deve abarcar as múltiplas fontes de ingresso do habitante rural pobre”. Nesse sentido, ambas as publicações, além adicionar legitimidade acadêmica e política a um tema que já é estudado há mais tempo por cientistas sociais, buscam vinculá-lo a um aspecto crucial da realidade rural dos vários países da América Latina, que se refere ao problema da pobreza e da exclusão social no campo.

Segundo Berdegú, Reardon e Escobar (2001, p.184) o emprego rural não-agrícola é atualmente responsável por cerca de 40% das rendas dos habitantes rurais da América Latina e há uma clara tendência que aponta para seu crescimento na região. Segundo esses autores, a importância das atividades rurais não-agrícolas está no fato de que elas podem integrar soluções para três grandes problemas do mundo rural latino-americano – a pobreza rural, a transformação do setor agropecuário e a modernização técnico-produtiva. Estudo recente da CEPAL (2000) indicou que as rendas de atividades não-agrícolas assumem um caráter extremamente importante para as populações rurais mais pobres, muitas vezes significando a única renda monetária para essas famílias. No que concerne à transformação do setor agropecuária e à sua modernização produtiva, as atividades não-agrícolas tendem a representar uma oportunidade de emprego complementar, pois à medida que houver maior apropriação de tecnologias pela agricultura tende a crescer o aumento de ocupações nos serviços ligados ao agroprocessamento e beneficiamento de produtos.

Nesta seção pretende-se averiguar em que medida a generalização das atividades não-agrícolas no espaço rural também ocorre nos países latino-americanos. Em relação ao continente como um todo, as informações são bastante escassas, limitando-se basicamente aos trabalhos produzidos por pesquisadores ligados à CEPAL (Klein, 1992; Weller, 1997; Dirven, 1997, 1998).

Tal como nos países desenvolvidos, na América Latina a população rural é cada vez menos sinônimo de população agrícola, e as formas de ocupação do espaço rural são cada vez mais diversificadas. Segundo Klein, desde 1950 a

população latino-americana vem crescendo a uma taxa média de 2,6% ao ano e a população rural não cresceu mais que 0,7% no mesmo período. Em 1950, 54% dos trabalhadores da América Latina estavam ocupados na agricultura, mas em 1992 eram apenas 25% do total. Em trabalho mais recente, Dirven (1997, p. 19) mostra que a participação da PEA agrícola no conjunto da PEA rural, na maioria dos países latino-americanos, é inferior a 70%. Segundo a autora, nos próximos anos, as projeções indicam que o emprego na agricultura tende a reduzir-se ainda mais em relação à PEA total da região (o que significa em torno de 40 milhões de pessoas), mesmo sem afetar os índices de produtividade e o volume da produção agrícola total. Ao mesmo tempo, no entanto, esse progresso técnico tenderá a ser seletivo e beneficiar uma parcela pequena dos agricultores da região, fazendo com que muitos tenham de abandonar o meio rural e outros tantos precisem aceitar uma remuneração cada vez menor para seu trabalho, o que pode implicar o aumento da pobreza rural, que já atinge cerca 60% da população latino-americana que vive da agricultura (Dirven, 1997).

Os dados da Tabela 8, extraídos de estatísticas da FAO e sistematizadas por Dirven (1997), mostram que a queda da PEA agrícola deve intensificar-se ainda mais a partir do ano 2000, em todos os países da região.

Tabela 8
PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA: PROJEÇÃO
DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) NA AGRICULTURA,
1990-2010.

PAÍSES	PEA agrícola (%)			PEA agrícola (1.000)				Crescimento anual PEA agrícola (%)			
	1990	1990	2010	1990	1995	2000	2010	1980 - 1990	1990 - 1995	1990 - 2000	2000 - 2010
	1990	1990	2010	1990	1995	2000	2010	- 1990	- 1995	- 2000	- 2010
América Latina	26,3	25,7	16,9	41.061	43.904	41.463	40.360	0,5	-0,4	0,1	-0,3
Argentina	10,4	12,2	6,5	1197	1.486	1.101	987	-1,2	0,0	-0,8	-1,1
Bolívia	41,6	46,8	30,8	949	1.330	1.061	1.221	1,6	1,7	1,1	1,4
Brasil	24,3	23,3	13,6	13.366	13.575	12.458	11.108	-0,3	-2,4	-0,7	-1,1
Chile	12,5	18,8	7,2	585	965	524	457	-0,3	0,5	-1,1	-1,4
Colômbia	27,3	26,6	16,0	2.885	3.576	2.832	2.597	0,6	0,6	-0,2	-0,9
Equador	30,3	33,3	16,8	996	1.222	993	928	0,6	0,3	0,0	-0,7
México	30,0	27,9	18,9	9.340	8.885	9.705	9.399	1,1	0,2	0,4	-0,3
Paraguai	46,3	39,0	41,0	674	654	831	1.000	2,7	0,8	2,1	1,9
Peru	34,7	35,7	24,9	2.443	2.863	2.694	2.842	1,3	1,5	1,0	0,5
Uruguai	13,5	14,2	10,2	162	196	154	145	-0,9	0,2	-0,5	-0,6
Venezuela	11,0	12,0	4,9	752	936	673	572	-0,5	1,4	-1,1	-1,6

Fonte: Dirven (1997, p.77).

No entanto, essa redução da população ocupada em atividades agrícolas não significa que haja uma retomada do êxodo rural iniciado na década de 1960. No período recente, especialmente a partir dos anos oitenta, a queda do emprego agrícola tem sido compensada parcialmente pelo crescimento da população rural ocupada em atividades não-agrícolas. Isso é o que mostra o trabalho de Klein (1992), que além de reconhecer que as migrações rural-urbanas influenciaram a queda da PEA agrícola, indica que essa redução também pode ser atribuída às mudanças recentes das novas formas de ocupação do meio rural.

Segundo o mesmo autor, existe uma tendência de crescimento da população economicamente ativa ocupada em ramos de atividades não-agrícolas na América Latina, conforme mostram os dados da Tabela 9. Ele salienta que, na região, a PEA agrícola vem crescendo a uma taxa anual negativa de 0,8%, nos anos referidos, ao passo que a proporção de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas aumenta a uma taxa positiva de 3,4%, no mesmo período, que é inclusive superior ao crescimento da média total da PEA latino-americana, que foi de 2,6%. No conjunto da região, a PEA rural não-agrícola passou de 23,9% para 29,1%, registrando um crescimento de 5% nos anos recentes. Vale a pena notar que mesmo nos países de grande extensão territorial, como o Brasil, o México e, em menor escala, a Colômbia, registra-se um crescimento bem mais favorável da PEA não-agrícola em relação à PEA ocupada na agricultura, o que demonstra que as atividades rurais não-agrícolas não se constituem em fenômeno singular de um país específico.

Tabela 9

PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA: TAXAS ANUAIS (%) DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), SEGUNDO LOCAL DE DOMICÍLIO E RAMO DE ATIVIDADE.

PAÍSES	PEA TOTAL	PEA URBANA	PEA RURAL		Período da variação anual ¹
			Agrícola	Não-agrícola	
América Latina	2,6	4,1	-0,8	3,4	-
Bolívia	2,6	3,9	1,8	1,0	1976-88
Brasil	3,9	6,2	-1,0	5,2	1970-80
Chile	2,6	3,4	-0,2	0,0	1970-82
Colômbia	1,7	3,7	-3,0	4,9	1964-73
México	2,5	3,1	0,8	4,1	1970-80
Paraguai	3,6	5,1	1,8	4,5	1972-82
Peru	3,5	4,3	2,1	2,1	1972-81
Uruguai	1,4	2,0	-0,8	-2,4	1975-85
Venezuela	4,2	5,2	-1,1	2,3	1971-81

¹ Refere-se ao ano base dos dados apresentados.

Fonte: Klein (1992, p. 6), com base em censos nacionais de população de cada país.

Para Klein, existem três hipóteses para explicar a evolução das atividades rurais não-agrícolas na América Latina. A primeira, sustenta o autor, está relacionada à distribuição geográfica e demográfica da população em um território que pode variar de um país para outro. A segunda hipótese é de que o processo de modernização tecnológica da agricultura acabou forjando o crescimento dos serviços auxiliares às atividades agrícolas, o que tem criado um novo mercado de trabalho no espaço rural diferente do agrícola, embora a ele vinculado. Por último, Klein acredita que, em consequência deste processo de ampliação do mercado de trabalho agrícola e não-agrícola, surgem novas atividades no meio rural, em geral ligadas à prestação de serviços, como as comunicações e o serviço público em geral.

Entre as características da evolução das atividades não-agrícolas no espaço rural, o autor destaca o crescimento das atividades comerciais e dos serviços. Segundo Klein, isso indica que a estrutura do emprego rural não-agrícola está se tornando bastante similar ao mercado de trabalho urbano. Essa homogeneidade do emprego rural e urbano não-agrícola por ramos de atividade sugere uma integração entre o próprio mercado de trabalho. A Tabela 10 apresenta o crescimento de alguns dos principais ramos de atividade da população economicamente ativa rural, com destaque para os serviços, o comércio, a construção e as indústrias manufatureiras, bem como o desempenho do próprio ramo agrícola. Este último, não obstante ainda ocupar ao redor de 70% da PEA rural, mostra-se em declínio em quase todos os países do continente.

Além da homogeneização do mercado de trabalho, Klein (1992, p.10-11) também destaca que há pelo menos outras duas consequências importantes decorrentes das transformações estruturais do emprego e das formas de ocupação no espaço rural. A primeira refere-se ao crescimento das unidades produtivas ocupadas em tempo parcial na agricultura, muitas vezes executando mais de uma atividade produtiva em setores diferentes. Esse fenômeno relaciona-se tanto à capacidade de absorção do progresso técnico nas propriedades como ao aumento da ociosidade de parte da força de trabalho dos membros da família, fazendo com que os trabalhos temporários ou acessórios exteriores à propriedade constituam-se em novas fontes de rendimento. A segunda consequência está relacionada às transformações estruturais da economia capitalista contemporânea, especificamente no que tange aos processos de descentralização da produção urbano-industrial para áreas rurais ou periurbanas. Esses processos obedecem à necessidade crescente de flexibilização das relações de trabalho e redução dos custos de mão-de-obra, que em geral são bem mais atraentes nas áreas rurais. A emergência do trabalho a domicílio e o deslocamento de empresas para áreas rurais da América Latina inserem-se nesse contexto.

Tabela 10
AMÉRICA LATINA. PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) COM DOMICÍLIO RURAL (EM %)

Países/ Ramos	Anos	Agricultura	Indústria manufatura	Construção	Comércio	Transporte comunicação	Serviços pessoais	Total rural não-agrícola
Bolívia	1976	74,6	6,3	2,6	2,7	1,5	6,2	25,4
	1988	76,4	4,0	2,8	5,4	1,8	4,7	23,6
Brasil	1970	87,8	2,8	1,7	1,4	0,9	4,0	12,2
	1980	81,3	5,2	2,5	2,4	1,0	6,2	18,7
Chile	1970	70,7	5,3	2,9	2,2	1,6	6,2	29,3
	1982	71,6	4,3	2,5	2,7	1,3	10,8	28,4
Colômbia	1964	81,1	3,5	1,2	1,4	0,9	3,4	18,9
	1988	71,6	6,1	1,7	8,3	2,1	7,3	28,4
México	1970	81,0	6,4	2,0	2,9	0,9	5,6	19,0
	1980	76,0	5,8	3,9	4,0	1,8	7,3	24,0
Paraguai	1972	79,5	9,0	1,5	2,9	0,9	5,2	20,5
	1982	75,3	8,2	3,2	2,7	1,2	5,1	24,7
Uruguai	1975	67,2	7,5	3,1	3,8	1,3	10,8	32,8
	1985	71,2	7,2	2,7	2,8	1,3	10,3	28,8
Venezuela	1971	63,50	4,0	2,5	5,1	1,6	9,5	36,5
	1981	54,6	5,0	5,8	7,6	3,0	11,5	45,4
América Latina ¹	-	76,1	5,9	2,5	3,5	1,3	6,8	23,9
	-	70,9	6,5	3,3	5,1	1,6	8,4	29,1

¹ Média simples de todos os países.

Fonte: Klein (1992, p. 5) a partir dos censos nacionais de população.

Ainda de acordo com Klein, o desenvolvimento das atividades rurais não-agrícolas na América Latina decorre do próprio crescimento da agricultura. Por essa razão, sugere que as ações de desenvolvimento integrado atuem de forma a compatibilizar as políticas agrícolas com outras formas de geração de emprego no meio rural, especialmente através da descentralização industrial. Para ele, a emergência das atividades rurais não-agrícolas na América Latina pode ter um papel importante no alívio à pobreza rural e ao estímulo de novas atividades econômicas no espaço rural.⁵⁸ Como razões que justificariam políticas de apoio a esse tipo de desenvolvimento, o autor destaca a importância das rendas rurais não-agrícolas

⁵⁸ Em 1990, 61% da população rural da América Latina encontrava-se em condição de pobreza (Klein, 1992, p.12).

para a dinamização da economia local e para a diversificação das fontes de rendas dos agricultores, oferecendo-se alternativas de inserção profissional para os mais jovens que não desejam dedicar-se a essa atividade (Klein, 1992).

Nessa mesma direção, Weller (1997) também identificou a agricultura como o setor responsável pela expansão dos empregos rurais não-agrícolas na região do istmo centro-americano (Costa Rica, Honduras, Panamá e Guatemala). Segundo esse autor, as características da agropecuária constituem fatores determinantes dos empregos não-agrícolas, podendo-se identificar três dinâmicas que dela derivam diretamente e outras duas não se vinculam a ela. A primeira, que em geral está diretamente ligada ao processo produtivo agrícola, como as atividades complementares ou acessórias; a segunda deriva dos empregos não-agrícolas gerados pelas demandas de consumo da própria população rural (como bens e serviços, transportes e comércio) e a última estaria relacionada à disponibilidade de excedentes de mão-de-obra, em face do nível de emprego agrícola existente (mão-de-obra essa que migra para as zonas urbanas e permanece ocupada em atividades que o autor chama de “refúgio”). Além desses fatores, Weller também aponta o artesanato rural típico e o turismo rural como exemplos de atividades que também podem contribuir para a geração de empregos não-agrícolas no meio rural e, finalmente, atividades que derivam da expansão dos serviços públicos em infra-estrutura, decorrentes de investimentos do Estado, que se constituíam, portanto, na quinta dinâmica identificada pelo autor na América Central.

3.3. AS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO BRASIL: O PROJETO RURBANO

No Brasil, a emergência das atividades não-agrícolas no meio rural desperta o interesse de diversos estudiosos, sendo tal fenômeno apontado por alguns como a provável face do “novo rural brasileiro”. Segundo Graziano da Silva (1999), a novidade consiste no fato de que o meio rural já não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária. O aparecimento de novas atividades estaria introduzindo um conjunto de novas funções no espaço rural, especialmente aquelas ligadas às ocupações não-agrícolas da população. O ator social privilegiado dessa nova caracterização do rural seria o aparecimento das famílias pluriativas, que combinam vários tipos de atividades e ocupações em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional.⁵⁹

⁵⁹ Segundo Graziano da Silva (1999, p. X), “[...] Em resumo, deixam de ser trabalhadores agrícolas especializados para se converterem em trabalhadores (empregados ou conta própria) que combinam formas diversas de ocupação (assalariados ou não), em distintos ramos de atividades (agrícolas e não-agrícolas)”.

Entre os fatores que contribuíram para a emergência dessa situação, os pesquisadores ligados ao Projeto Rurbano, coordenado pelo professor José Graziano da Silva, têm apontado três causas principais. Primeiramente, a emergência das atividades não-agrícolas e da pluriatividade, segundo Graziano da Silva et al. (1996), seria decorrente do que chama de “urbanização do campo”, um processo resultante de um transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno, como é o caso da região de Campinas, no Estado de São Paulo. Nessas áreas, o processo de urbanização do campo se daria através da expansão de novas atividades que pouco ou nada têm a ver com a produção agropecuária *stricto sensu*. Trata-se de novos tipos de ocupações, ligadas ao lazer e ao ócio (os pesque-pague e chácaras de recreio seriam o seu melhor exemplo), as moradias secundárias da classe média urbana, áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques e estações ecológicas, sobretudo) e novas formas de emprego como os jardineiros, pedreiros, motoristas, especialmente atividades ligadas à prestação de serviços (Graziano da Silva, 1997).

A segunda razão explicativa decorre da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir das dificuldades enfrentadas pelo setor agroexportador instaladas no início da década de 1990. Para Graziano da Silva (1999), essa crise estaria associada às transformações estruturais da agricultura brasileira, provocadas pela modernização tecnológica e um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos da década de 1990, como as mudanças no financiamento da produção, na política de abertura comercial, no acirramento da concorrência com os produtos estrangeiros e, especialmente, na sobrevalorização cambial da moeda brasileira ocorrida entre 1994 e 1998. Como efeitos desses condicionantes assistiu-se à queda da rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira que, segundo Lopes (1996), reduziram-se, em média, 40% na comparação do período 1981-1985 com o quinquênio 1991-1995. Essa diminuição da renda também se refletiu na redução dos valores dos principais ativos agrícolas, especialmente os preços pagos pela terra. A queda dos preços não apenas afastou os interessados em obter lucro com o “negócio agrícola” como diminuiu, rapidamente, as rendas gerais na agricultura brasileira.

Em trabalho recente, Graziano e Del Grossi (1999) mostraram que, na década 1990, especialmente no período pós-Plano Real, houve uma acentuada queda das rendas agrícolas, especialmente entre as categorias dos ocupados rurais por conta própria, em que estão inseridos os agricultores familiares. Os autores mostraram que entre 1992 e 1999 houve uma redução das rendas agrícolas das pessoas ocupadas e com domicílio em áreas rurais *vis-à-vis* aquelas obtidas em atividades não-agrícolas. No ano de 1999, os autores verificaram que a renda média das pessoas domiciliadas no rural e ocupadas em atividades agrícolas somente foi maior do que do ramo de serviços.

Finalmente, a terceira causa que explicaria o surgimento das atividades rurais não-agrícolas está relacionada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola, que estaria ocorrendo devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego existente na agricultura brasileira. Uma simulação, a partir da base de dados da Fundação Seade (de São Paulo), demonstrou que caso houvesse uma disseminação dos sistemas de produção mais modernos de cada produto, como é atualmente praticado em determinadas regiões do Estado de São Paulo, estendendo-se para todas as áreas cultivadas desse produto, haveria uma redução de 45% na demanda por força de trabalho agrícola, no nível de Brasil, e de 23% para São Paulo (Grazianno da Silva, 1999, p. 89). Além disso, em estudo recente, Kageyama (1997, p.7) estimou, com base nos dados das PNADs de 1992 e 1995, que haveria 35,3% de pessoas subocupadas em atividades agrícolas no Brasil (sendo 34% na região Sul) que poderiam ser consideradas subempregadas, definindo-se essa situação como aquela pessoa ocupada menos de 15 horas por semana e cujo rendimento é inferior ao valor de um salário mínimo.

Para se ter uma idéia da importância desse processo, apresenta-se na seqüência algumas tabelas que trazem informação sobre o emprego e a ocupação nas atividades rurais não-agrícolas na região Sul do Brasil. A Tabela 11 apresenta informações sobre a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas com domicílio rural e urbano para o Brasil, para a região Sul e nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A fonte desses dados são a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), realizada pelo IBGE, reprocessados pelo projeto Rurbano.

Tabela 11
BRASIL, REGIÃO SUL, RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) OCUPADA,
SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
1981 E 1999 (1.000 PESSOAS)

	AGRÍCOLA			NÃO-AGRÍCOLA			TOTAL		
Brasil	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
1981	10.735,9	2.563,9	13.299,8	3.060,8	29.104,8	32.165,6	13.796,7	31.668,7	45.465,4
1992	11.192,5	3.668,6	14.861,1	3.496,7	42.878,1	46.374,8	14.689,2	46.546,7	61.235,9
1999	10.230,5	3.437,5	13.688,0	4.620,0	49.327,4	53.947,4	14.850,5	52.765,9	67.615,5
(% a.a 81/92 ^a)	0,4***	3,3***	1,0***	1,2***	3,6***	3,4***	0,6***	3,6***	2,7
(% a.a 92/99 ^b)	-1,7***	-1,6***	-1,7***	3,7***	2,0***	2,1***	0,2	1,8***	1,3***
Região Sul^a									
1981	3.043,3	431,1	3.474,4	610,4	4.341,7	4.952,1	3.653,7	4.772,8	8.426,5
1992	2.569,5	536,2	3.105,7	639,1	6.887,8	7.526,9	3.208,6	7.424,0	10.632,6
1999	1.969,0	456,2	2.425,2	847,9	7.977,3	8.825,2	2.817,0	8.433,6	11.250,6
(% a.a 81/92 ^a)	-1,5***	2,0***	-1,0***	0,4	4,3***	3,9***	-1,2***	4,1	2,1***
(% a.a 92/99 ^b)	-3,9***	-2,9***	-3,7***	4,3***	2,1***	2,3***	0,1	1,8***	0,8***
Rio Grande Sul									
1981	1.160,8	112,3	1.273,1	276,5	2.083,9	2.360,4	1.437,3	2.196,2	3.633,5
1992	964,0	183,9	1.147,9	297,1	3.081,5	3.378,6	1.261,1	3.265,4	4.526,5
1999	789,3	150,7	940,0	352,3	3.367,3	3.719,7	1.141,7	3.518,0	4.659,8
(% a.a 81/92 ^a)	-1,7***	4,6***	-0,9	0,7	3,6***	3,3	-1,2	3,7	2,0
(% a.a 92/99 ^b)	-2,6***	-3,5***	-2,7***	2,7***	1,3***	1,5***	1,3	1,1***	0,5***
Santa Catarina									
1981	599,7	63,6	663,3	170,2	726,8	897,0	769,9	790,4	1.560,3
1992	629,1	97,8	726,9	179,7	1.290,3	1.470,0	808,8	1.388,1	2.196,9
1999	465,8	82,5	548,3	245,4	1.607,0	1.852,4	711,3	1.689,6	2.400,9
(% a.a 81/92 ^a)	0,4	4,0***	0,8	0,5	5,4***	4,6	0,4	5,3	3,2
(% a.a 92/99 ^b)	-4,4***	-3,0	-4,2***	4,1***	3,1***	3,2***	-2,1***	2,8***	1,1***

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(***), (**), (*) indicam valores significativos ao nível de 5, 10 e 20%, respectivamente.

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

Consultando-se as taxas anuais de crescimento dos dois períodos analisados, percebe-se que nos anos da década de 1990, em todas as quatro unidades de análise selecionadas, houve uma redução da população domiciliada no meio rural e ocupada em atividades agrícolas. Em Santa Catarina, essa redução chegou a ser de 4,4% a.a. entre 1992 e 1999. Não obstante, aparentemente compensando essa perda de postos de trabalho agrícola, em todas as quatro unidades também se registrou um aumento da população com domicílio rural ocupada em atividades não-agrícolas, cabendo outra vez o destaque para Santa Catarina, onde o aumento foi de 4,1% a.a.

Além das três razões antes mencionadas, os autores insistem em afirmar que uma das razões fundamentais que provocaria essas transformações no mercado de trabalho rural brasileiro seria o processo de aprofun-

damento da modernização técnico-produtiva da agricultura no período recente (Graziano da Silva, 1999; Kageyama, 1997). O entendimento é de que o progresso tecnológico e a integração crescente dos processos produtivos agropecuários com os diferentes setores da economia acabam alterando o perfil dos produtores agrícolas e estimulando o aparecimento de novas demandas no espaço rural, muitas delas sem nenhum tipo de ligação com a produção agrícola. É claro que caracterizar o meio rural brasileiro como um espaço não exclusivamente agrícola não implica, em contrapartida, afirmar que o significado econômico, social e produtivo da agricultura tenha perdido sua importância.

Indubitavelmente, há também outras razões apontadas como responsáveis pela emergência das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro. Uma delas refere-se ao processo de descentralização e interiorização de determinados tipos de indústrias, especialmente de bens de consumo não-duráveis, como têxteis, vestuário e calçados, em algumas regiões do Sul do Brasil (especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina) e, mais recentemente, no nordeste, que têm contribuído para revitalização econômica de determinadas áreas rurais (Schneider, 1999).

De um modo geral, esses estudos indicam estar em curso um processo de alteração das características do mercado de trabalho rural e da ocupação da força de trabalho residente nessas áreas, aliada a uma rápida diminuição das pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Entre os ramos de atividades que mais têm atraído os trabalhadores no meio rural do Brasil e da região Sul estão: a prestação de serviços, a indústria da transformação e da construção, seguidos do comércio de mercadorias, transporte e comunicação e o ramo social, conforme mostra a Tabela 12, dividida em valores absolutos e relativos. Em termos relativos, o destaque positivo fica por conta do ramo de serviços auxiliares, que cresceu a uma taxa média anual de 14% entre 1992 e 1999 tanto na região Sul como no Brasil. Não obstante este crescimento destacado, não se pode deixar de destacar as taxas relativas de crescimento do ramo da prestação de serviços, que é mais estável nas duas décadas, além dos ramos de transporte e comunicação, comércio de mercadorias e administração pública.

Entre os setores de atividades não-agrícolas que mais cresceram no meio rural brasileiro no período recente destaca-se a indústria da construção civil e o emprego doméstico. Tanto no conjunto da região Sul como no Brasil, o setor da indústria da construção cresceu 9,5% a.a. e 8,2% a.a., respectivamente, e o emprego doméstico cresceu a uma taxa de cerca de 5% a.a. entre 1992 e 1999, conforme mostra a Tabela 13, a seguir. Outro setor cujo crescimento

merece destaque é o da indústria de alimentos, que entre 1992 e 1999 revelou um acréscimo de 16,4 % a.a. no conjunto da região Sul assim como o de restaurantes, que cresceu 6,9% a.a. no Brasil.

Tabela 13
BRASIL E REGIÃO SUL. PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADES
NÃO-AGRÍCOLAS DA POPULAÇÃO RURAL OCUPADA, 1981 A 1999
(1.000 PESSOAS)

Setor de atividade não-agrícola	Taxa de crescimento (% a.a.)			
	Região Sul		Brasil	
	1981/92 ^a	1992/99 ^b	1981/92 ^a	1992/99 ^b
Emprego doméstico	2,7 **	5,2 ***	4,9 ***	4,8 ***
Construção civil	-2,4 *	9,5 ***	-7,5 ***	8,2 **
Estab. ensino público	-0,3	-3,4 ***	4,3 ***	0,7
Comércio alimentos	-1,6	1,0	2,2 ***	1,6 *
Restaurantes	-3,4 *	5,2	7,2 ***	6,9 ***
Indústria alimentos	-1,9	11,9 ***	5,3 ***	0,5
Indústria transformação ⁶⁰	1,8	-0,2	0,9	-1,2
Administração municipal	-3,2 *	9,6 ***	10,1 ***	4,9 *
Alfaiataria	6,7 ***	0,2	-0,5	-3,4 ***
Comércio ambulante	16,6 ***	—	7,9 ***	7,5 ***
Indústria de madeiras	-4,6 ***	2,3 *	-3,0 ***	-1,2
Transporte de carga	-3,1 *	3,1	2,0 *	2,6 **
Assist. técnica – veículos	0,3	—	5,8 ***	5,3 ***
Total	-0,3	4,3 ***	0,9 ***	3,7 ***
PEA NÃO-AGRÍCOLA	0,4	4,3 ***	1,2 ***	3,7 ***

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(*), (**), (***) significam respectivamente 20%, 10% e 5%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, janeiro 1999.

Os efeitos das transformações na formas de ocupação da força de trabalho na agricultura brasileira, em especial da região Sul, ficam mais evidentes quando se analisa o comportamento das diferentes categorias sociais que compõem a estrutura produtiva da agropecuária. Uma consulta à

⁶⁰ Não confundir o *ramo* da indústria da transformação com o *setor* de mesmo nome. O ramo da indústria da transformação engloba o setor de mesmo nome.

Tabela 12a
REGIÃO SUL E BRASIL. RAMOS DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS
DA PEA OCUPADA RESIDENTE EM DOMICÍLIOS RURAIS, 1992 A 1999
(1.000 PESSOAS)

RAMOS DE ATIVIDADES	REGIÃO SUL			BRASIL		
	1981	1992	1999	1981	1992	1999
Indústria da transformação	172,6	195,9	251,1	646,4	772,9	809,4
Indústria da construção	64,6	49,6	86,5	734,6	312,0	631,4
Outras atividades industriais	35,8	23,0	18,9	126,4	114,6	115,0
Comércio de mercadorias	61,9	78,2	93,8	313,3	452,2	578,6
Prestação de serviços	119,1	157,7	200,0	618,1	975,0	1.276,6
Serviços auxiliares atividades econômicas	11,8	11,0	26,4	55,0	55,3	121,6
Transporte e comunicação	30,3	22,3	40,3	116,6	145,9	199,4
Social	78,7	70,4	79,3	309,4	468,9	587,9
Administração pública	25,1	26,2	42,0	95,8	162,2	239,3
Outras atividades	10,4	4,9	9,6	45,2	37,7	60,9
TOTAL	610,4	639,1	847,9	3.060,8	3.496,7	4.620,1

Tabela 12b
REGIÃO SUL E BRASIL. TAXAS DE CRESCIMENTO DOS RAMOS
DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS DA PEA OCUPADA RESIDENTE
EM DOMICÍLIOS RURAIS, 1992 A 1999.

RAMOS DE ATIVIDADES	REGIÃO SUL		BRASIL	
	1981/92 ^a	1992/99 ^b	1981/92 ^a	1992/99 ^b
Indústria da transformação	1,2	3,3 ***	1,6 ***	0,4
Indústria da construção	-2,4 *	9,5 ***	-7,5 ***	8,2 **
Outras atividades industriais	-3,9 ***	-1,5	-0,9	0,6
Comércio de mercadorias	2,1 *	2,4	3,4 ***	4,1 ***
Prestação de serviços	2,6 ***	4,7 ***	4,2 ***	3,9 ***
Serviços auxiliares atividades econômicas	-0,6	14,0 ***	0,0	13,6 ***
Transporte e comunicação	-2,8 *	6,1 ***	2,1 ***	5,8 ***
Social	-1,0	1,5 *	3,9 ***	2,5 ***
Administração pública	0,4	6,5 ***	4,9 ***	3,7 **
Outras atividades	-6,6 ***	10,8 ***	-1,6	7,7 ***
TOTAL	0,4	4,3 ***	1,2 ***	3,7 ***

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(***), (**) e (*) indicam valores significativos ao nível de 5, 10 e 20%, respectivamente.

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

Tabela 14 permite identificar, com notável clarividência, o desempenho negativo de todas as categorias de ocupação em atividades agrícolas. Entre 1992 e 1999, todas as categorias ocupadas na agricultura registraram taxas negativas de crescimento, resultando em um decréscimo de 3,9% a.a. no conjunto dos três estados da região sul e de 1,7% a.a. no Brasil como um todo. O destaque entre as quatro categorias listadas fica para a categoria dos “conta própria” na região Sul, que diminuíram a uma taxa de 2,7% a.a. e os ocupados como empregadores no Brasil, que caíram a uma taxa de 3,9% a.a. entre 1992 e 1999. Outra categoria que registrou uma queda significativa, no mesmo período, foi a dos que se declararam não-remunerados, como usualmente o fazem os demais membros das unidades familiares como as esposas e crianças, entre outros, que no Sul reduziram-se em -5,4% a.a. e, no Brasil, em -2,6% ao ano entre 1992 e 1999.

Tabela 14
BRASIL E REGIÃO SUL. TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE ATIVA RURAL OCUPADA (PEA) SEGUNDO A POSIÇÃO
NA OCUPAÇÃO, 1981-1999 (1.000 PESSOAS)

Posição na ocupação	Região Sul		Brasil	
	1981/92 ^a	1992/99 ^b	1981/92 ^a	1992/99 ^b
Ativ. Agrícolas	-1,5 ***	-3,9 ***	0,4 ***	-1,7 ***
Empregados	-1,9 ***	-1,5 *	-0,7 ***	-1,8 ***
Conta própria	-1,2 ***	-2,7 ***	0,3	-0,5
Empregadores	-1,4	-5,6	1,2 **	-3,9 ***
Não-remunerados	-1,6 ***	-5,4 ***	1,3 ***	-2,6 ***
Ativ. Não-agrícolas	0,4	4,3 ***	1,2 ***	3,7 ***
Empregados	0,5	4,1 ***	0,5 **	4,1 ***
Conta própria	0,5	4,5 ***	2,3 ***	2,7 ***
Empregadores	-1,7	12,9 ***	4,2 ***	9,9 ***
Não-remunerados	-0,9	1,4	6,4 ***	0,7
Total	-1,2 ***	-2,2 ***	0,6 ***	-0,4

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(*), (**), (***) significam respectivamente 20%, 10% e 5%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, janeiro 1999.

Em contraste com a redução do número de pessoas economicamente ativas ocupadas nas atividades agrícolas, as categorias que estavam trabalhando em ocupações não-agrícolas registraram um comportamento muito distinto. Em primeiro lugar, tal como indicado na Tabela 14, deve-se destacar que nas taxas de crescimento anuais referentes às atividades não-agrícolas não há sinal negativo no caso brasileiro e para a região no período entre 1992 e 1999, nem mesmo quando os testes estatísticos não são significativos. Outra informação importante refere-se ao crescimento da categoria dos empregadores em atividades não-agrícolas com domicílio rural, que alcança a surpreendente taxa de 12,9% a.a. na região Sul e aumento de 9,9% a.a. no Brasil, no período compreendido entre 1992 e 1999. Além disso, tomando-se apenas a região Sul, verifica-se um aumento igualmente significativo nas atividades não-agrícolas das categorias nas quais estão os agricultores familiares, que são as pessoas que declaram estar ocupadas por conta própria (4,5% a.a.). Mas é igualmente significativo o aumento de 4,1% a.a. dos empregadores em atividades não-agrícolas.

Frente à queda generalizada do emprego agrícola nos diferentes países e regiões, pode-se afirmar que o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural está se configurando como um fenômeno absolutamente relevante não apenas para promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social das populações rurais, mas, também, para a própria interpretação analítica das transformações agrárias contemporâneas. Em outro capítulo será retomada a análise das ocupações agrícolas e não-agrícolas, dedicando-se especial atenção ao seu desempenho recente nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.